



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
Comissão Permanente de Assuntos Sociais

RELATÓRIO DA AUDIÇÃO DO GESTOR PÚBLICO INDIGITADO PARA A
PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO HOSPITAL DA HORTA,
E. P. E. R.

SETEMBRO DE 2019

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	
ARQUIVO	
Entrada: 2560	Proc. n.º 116-24
Data: 09/09/12	N.º 1/XI



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais

Capítulo I

Introdução

A Comissão Permanente de Assuntos Sociais reuniu no dia 6 de setembro de 2019, na Delegação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na cidade de Ponta Delgada, a fim de proceder à audição do Dr. João Luís da Rosa Morais, indigitada pelo Governo Regional dos Açores para o cargo de Presidente do Conselho de Administração do Hospital da Horta, E. P. E. R.

O *Curriculum Vitae* (CV) do Dr. João Luís da Rosa Morais fica anexo ao presente relatório, do qual faz parte integrante.

Capítulo II

Enquadramento Jurídico

A presente audição é efetuada nos termos e para os efeitos previstos nos números 2 e 4 do artigo 12.º e artigo 12.º-A do Estatuto do Gestor Público Regional, o qual foi republicado em Anexo ao Decreto Legislativo Regional n.º 19/2014/A, de 30 de outubro.

“A comissão especializada permanente respetiva deve proceder à audição no prazo de vinte dias, a contar da data do despacho do Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.” (cf. previsto no n.º 3 do artigo 12.º-A)

“A comissão referida no número anterior, ao abrigo das correspondentes normas regimentais, elabora um relatório, do qual deve constar a audição do gestor público indigitado, bem como a posição dos partidos que integrem a comissão sobre a referida audição.” (cf. n.º 4 do artigo 12.º-A)

Por fim, refira-se que “O relatório é obrigatoriamente enviado, no prazo de cinco dias, pelo Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores ao



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais

Presidente do Governo Regional dos Açores, para os devidos efeitos.” (cf. n.º 5 do artigo 12.º-A).

Capítulo III
Audição do Gestor Indigitado

O indigitado realçou as obras do Hospital da Horta (HH) que permitirão melhorar aqueles que são os serviços prestados. E elencou todas as melhorias implementadas no Hospital que inclui os serviços de saúde prestados na ilha do Pico, realçando a diminuição do número de pessoas com necessidade de deslocação para a ilha do Faial para serem internadas pelo aumento de capacidade na sua própria ilha. Realçou ainda as deslocações providenciadas por profissionais do HH a outras ilhas, como o Corvo, as Flores e São Jorge.

A Deputada Catarina Cabeceiras perguntou sobre como avaliava a articulação com os Centros de Saúde e o que tem eventualmente falhado nessa articulação. Relativamente ao acompanhamento às grávidas perguntou para quando a implementação desse acompanhamento nas Velas de São Jorge e se estão incluídos doentes deslocados no número de faltas de comparência às consultas do HH.

Em respostas o indigitado disse que a articulação tem corrido bem, apesar de pontualmente acontecer situações que são resolvidas entre as duas entidades e que melhorou com a nova legislação de deslocação de doentes. Sobre o acompanhamento das grávidas disse que só faltava a formação de quem irá manusear o equipamento e já sobre as faltas de comparência às consultas disse que o valor inclui dados globais.

O Deputado Tiago Branco interveio para solicitar que o Dr. João Morais desse o ponto de situação da acreditação do Hospital da Horta e também perguntou quais os objetivos e principais prioridades que vislumbram no próprio mandato.

Em resposta o Dr. João Morais disse que o processo de acreditação, devido à ausência da técnica de qualidade, por motivos de saúde, e às obras foi um processo que



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais

atrasou, mas que independentemente disso o laboratório avançou com o processo com a DGS e que a 5 de setembro concluiu-se a entrega da documentação, aguardando-se nesse momento a decisão final. Relativamente aos objetivos disse passarem por continuar com a consolidação da quantidade e qualidade do serviço cirúrgico, combater o desperdício de 10% das faltas de comparecimentos nas consultas e acima de tudo manter a articulação com todas as unidades de saúde de forma a articular melhor as parcerias existentes.

A Deputada Mónica Seidi pediu esclarecimento sobre a limitação dos exames complementares de diagnóstico e sobre os 10% dos utentes que faltam às consultas perguntou sobre a percentagem dos que já tinham ultrapassado o tempo de resposta garantida. Relativamente às listas de espera perguntou sobre quanto tempo os doentes estão escritos e que alternativas podem ser dadas aos utentes. Sobre a hemodiálise perguntou se há data de início desse serviço no Pico. Perguntou também sobre o que está a ser feito para a fixação de médicos no Faial.

Em respostas o Dr. João Morais disse que a limitação de exames foi usada no âmbito da urgência, ou seja, após uma reunião com os responsáveis médicos da urgência, definiram-se quais eram os conjuntos de exames essenciais. Alertou para o facto deste não ser uma situação única e nova no País. Disse que relativamente às ausências às consultas estão a averiguar os possíveis motivos para poderem analisar. Relativamente às listas de espera informou o esforço que está a ser feito junto com especialistas das áreas onde a espera é maior e também com as Unidade de Saúde. Já sobre a hemodialise não há data em concreto dado ao resultado das análises realizadas à água. Só depois das análises adicionais solicitadas poderão avançar com uma data concreta. Já sobre a fixação de médicos disse que o que está a ser praticado é que está previsto legalmente, para além de disponibilizarem residência temporária até conseguirem encontrar soluções.

A Deputada Mónica Seidi pediu esclarecimento sobre a diminuição no número de cirurgias, ao que o Dr. João Morais respondeu que há cerca de 9 a 10 cirurgias por dia no Hospital da Horta em cada dia útil. De qualquer maneira se virmos algumas situações, como as greves, fez diminuir estes valores em determinada altura do ano.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais

Capítulo IV
Posição dos Partidos

PS: “O Grupo Parlamentar do PS manifesta parecer favorável à nomeação do Dr. João Luís da Rosa Morais para o desempenho do cargo de Presidente do Conselho de Administração do Hospital da Horta, E.P.E.R.”.

PSD: "O Grupo Parlamentar do PSD/Açores em relação à nomeação do Dr. João Morais para presidente do Conselho de Administração do Hospital da Horta tem a dizer que não pode ignorar o facto de este ser já o terceiro mandato que ocupa com este propósito.

Salienta-se também que a sua ação no último triénio se enquadra nas opções de política de saúde do Governo Regional, e que têm merecido uma apreciação crítica por parte do PSD/Açores e que, como está bem à vista, redundou em reconhecidos indicadores adversos dos pontos de vista clínico e económico-financeiro. Assim, tendo um conhecimento profundo da realidade do Hospital da Horta, é também um dos responsáveis pelos resultados menos positivos que o Hospital da Horta tem alcançado.

De recordar ainda que o anterior mandato do administrador foi marcado por vários episódios públicos, devido a opções que têm por base uma política de saúde não convergente muitas das vezes com o utente do Serviço Regional de Saúde.

Face a estes pressupostos, a nomeação do Dr. João Morais, gestor indigitado para presidente do Conselho de administração do Hospital da Horta não merece a aprovação do GP do PSD/Açores".

CDS-PP: “O CDS-PP irá abster-se, em coerência com a posição que sempre assumiu, por considerar que estas audições não têm qualquer carácter vinculativo. Sendo a escolha da responsabilidade de quem as nomeia”.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais

PPM: “A Representação Parlamentar do PPM dá parecer favorável à nomeação do Dr. João Luís da Rosa Morais para o desempenho do cargo de Presidente do Conselho de Administração do Hospital da Horta, E.P.E.R.”.

O Relator

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'J. Ávila'.

(João Paulo Ávila)

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

A Presidente

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Renata Correia Botelho'.

(Renata Correia Botelho)